

LÍNGUA PORTUGUESA

1. “A análise jurídica deve ser redigida com rigor técnico e, por isso, terá linguagem formal e termos próprios da ciência jurídica. Em paralelo, o parecer será lido e precisará ser entendido por pessoas que não têm formação jurídica. A redação em linguagem simples é uma ferramenta para que os agentes públicos sem formação jurídica e os cidadãos possam compreender a informação presente em uma análise jurídica e utilizar este conhecimento.” (MANUAL DE CONSULTORIA JURÍDICA DA PGE) Sobre o texto acima, é correto afirmar:

(a) a análise jurídica pode ser redigida em linguagem informal, desde que mantenha o rigor técnico.

(b) o parecer jurídico se destina somente às pessoas com formação jurídica.

(c) o rigor técnico é incompatível com a linguagem simples.

(d) A linguagem simples possibilita que pessoas sem formação jurídica compreendam os pareceres jurídicos.

2. “A escolha das palavras é essencial para um texto em linguagem simples. Siglas, jargões e termos técnicos devem ser evitados pois são termos que estão restritos a um determinado público. Exemplo: trocar “LINDB” por “Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro”; trocar “causídico” por “advogado”. Menos é mais: escolher o menor número de palavras possíveis; entre duas palavras, escolher a mais precisa e, se possível, a mais simples e a menor. Usar a voz ativa e frases curtas que expressam uma única ideia. Exemplo: ao invés de escrever “cópias reprográficas foram solicitadas pelo patrono do acusado, o que foi de ferido pela administração”, redija “O advogado do acusado solicitou cópias do processo. A administração entregou os documentos” (MANUAL DE CONSULTORIA JURÍDICA DA PGE) Sobre o texto acima, é correto afirmar que:

(a) A escolha de palavras é importante para que um texto possa ser mais bem compreendido.

(b) É necessário sempre usar o maior número de palavras para facilitar o entendimento do leitor.

(c) A voz passiva é mais adequada à redação jurídica.

(d) O uso de siglas e jargões reduz o texto e aumento a sua simplicidade para o leitor.

3. Ainda sobre o texto acima, assinale a frase que é mais aderente às suas ideias:

(a) O diploma legislativo que regula o direito adjetivo pátrio é o CPC/2015.

(b) O Código de Processo Civil de 2015 é a lei que trata do direito processual civil.

(c) A lei adjetiva do direito nacional é o CPC de 2015.

(d) A legislação processual brasileira está no compêndio de 2015.

4. Leia o texto a seguir:

Nos últimos anos, o debate sobre sustentabilidade ganhou espaço em diferentes setores da sociedade. Empresas passaram a divulgar campanhas ambientais, governos anunciaram metas de redução de impactos climáticos e parte da população começou a demonstrar maior preocupação com o consumo consciente. Entretanto, apesar desse discurso amplamente difundido, muitos hábitos cotidianos continuam contribuindo para o desperdício de recursos naturais e para o aumento da poluição ambiental. Em diversas situações, percebe-se que a defesa da preservação ambiental permanece restrita ao discurso, sem que haja mudanças significativas nas práticas individuais e coletivas. A crítica presente no texto refere-se:

(a) à ausência de políticas públicas ambientais.

(b) à incoerência entre discurso e prática.

(c) à redução do consumo sustentável.

(d) à falta de acesso à informação ambiental.

5. Leia o texto a seguir:

“Nos últimos anos, a facilidade de acesso às redes sociais modificou profundamente a forma como as pessoas se informam. Entretanto, a velocidade na circulação das notícias nem sempre é acompanhada da verificação da veracidade das informações, o que contribui para a disseminação de conteúdos enganosos.”

A principal crítica presente no texto refere-se:

(a) ao excesso de usuários nas redes sociais.

(b) à falta de acesso à informação nos meios digitais.

(c) à divulgação acelerada de informações sem verificação adequada.

(d) ao abandono dos meios tradicionais de comunicação.

6. Assinale a alternativa em que todas as palavras estão corretamente acentuadas segundo a norma-padrão:

(a) juízes, caráter, hífen, ideia.

(b) juizes, carater, hífen, idéia.

(c) juízes, caráter, hífen, idéia.

(d) juizes, caráter, hífen, ideia.

7. Assinale a alternativa em que a concordância está correta:

(a) Fazem três anos que o projeto foi implementado.

(b) Seguem anexo os documentos solicitados pela comissão.

(c) Havia muitos candidatos aptos para a segunda fase.

PROCESSO SELETIVO PARA FORMAÇÃO DO QUADRO DE RESERVA DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ 2026

(d) Mais de um servidor apresentaram recurso administrativo.

8. "O diretor informou aos servidores o resultado da auditoria." O termo "aos servidores" é:

- (a) objeto direto.
- (b) objeto indireto.
- (c) complemento nominal.
- (d) adjunto adverbial.

9. Assinale a alternativa correta:

- (a) O servidor, apresentou os documentos ontem.
- (b) Quando terminou a audiência, os advogados saíram rapidamente.
- (c) O juiz afirmou que, analisaria o recurso.
- (d) Os candidatos aprovados, compareceram ao setor.

10. Assinale a alternativa correta:

- (a) O Procurador responsável pelo caso informou que haveria recurso.
- (b) O Procurador responsável pelo caso, informou que haveria recurso.
- (c) O Procurador responsável, pelo caso informou que haveria recurso.
- (d) O Procurador responsável pelo caso informou, que haveria recurso.

SERVIÇO SOCIAL

11. O Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais define como princípios fundamentais, EXCETO:

- (a) Reconhecimento da liberdade como valor ético central, englobando a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos.
- (b) Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do voluntarismo.
- (c) Defesa do aprofundamento da democracia e da socialização da participação política e da riqueza social.
- (d) Posicionamento em favor da equidade e justiça social, garantindo acesso universal a bens e serviços.

12. De acordo com o art. 9º do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (1993), é vedado ao Assistente Social:

- (a) Contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária;
- (b) Repassar ao seu substituto as informações necessárias à continuidade do trabalho;

(c) Ser solidário/a com outros/as profissionais, sem, todavia, eximir-se de denunciar atos que contrariem os postulados éticos contidos neste Código;

(d) Emprestar seu nome e registro profissional a firmas, organizações ou empresas para simulação do exercício efetivo do Serviço Social;

13. Com relação a estudos científicos críticos que consideram a historicidade do trabalho dos/as Assistentes Sociais no Brasil, é correto afirmar que o objeto desta área é:

- (a) A questão Social, pelo locus prioritário da atuação profissional do Assistente Social.
- (b) O assistencialismo voltado para desresponsabilização do Estado da proteção social, desmonte de políticas públicas e incentivo ao fortalecimento da responsabilidade social do empresariado em substituição ao papel do Estado.
- (c) A benemerência garantida por meio de doações e de práticas de ajuda humanitária.
- (d) O comunismo com vistas a socialização dos meios e instrumento de produção para que se edifique uma sociedade sem classes sociais.

14. São princípios fundamentais do Serviço Social, exceto:

- (a) Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- (b) Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- (c) Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- (d) Participação de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.

15. Alguns teóricos da Análise de Políticas Públicas consideram que a inação do Estado em relação a um problema público é também uma forma de política pública. Nessa interpretação, o conceito de política pública, além das ações governamentais (o que o governo escolhe fazer), abrange:

- (a) os projetos públicos não estatais realizados pelo terceiro setor para compensar a insuficiência das políticas sociais estatais.
- (b) as omissões estatais intencionais, ou seja, as decisões de não intervir ou de não alocar recursos em determinadas áreas.
- (c) a influência da iniciativa privada na elaboração de leis que beneficiam o mercado financeiro.

PROCESSO SELETIVO PARA FORMAÇÃO DO QUADRO DE RESERVA DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ 2026

(d) as ações voltadas exclusivamente para a manutenção da ordem pública e da economia.

16. Como pode ser definido o Parecer Social?

(a) Como um instrumento de investigação que permite ao assistente social desvendar a realidade, articulando os aspectos concretos da vida das pessoas com as determinações sociais mais amplas, visando a garantia de direitos.

(b) Como conteúdos obtidos nas entrevistas, visitas, contatos, estudos documentais e bibliográficos realizados, que devem ser mantidos em sigilo por conta do Código de Ética profissional.

(c) O parecer social é definido como uma opinião técnica fundamentada, emitida pelo assistente social, que sintetiza a situação estudada e apresenta conclusões, avaliações e indicativos de alternativas para o enfrentamento da questão social em análise.

(d) Parecer Social é o instrumento de planejamento das ações do Serviço Social que deverão ser realizadas após as entrevistas sociais.

17. O Serviço Social é uma profissão regulamentada que atua na defesa dos direitos humanos e na viabilização de direitos sociais. Assinale a alternativa correta que expressa um dos objetivos centrais da atuação do assistente social.

(a) Realizar caridade e benemerência, distribuindo favores para a população carente em nome de instituições religiosas.

(b) Diagnosticar doenças mentais e prescrever tratamentos medicamentosos para os usuários dos serviços sociais.

(c) Atuar exclusivamente em favor dos interesses dos empregadores, garantindo o lucro das empresas em detrimento dos direitos dos trabalhadores.

(d) Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática.

18. O ciclo das políticas públicas é uma ferramenta analítica que divide a política em fases sequenciais. Sobre a elaboração, construção e implementação dessas políticas, a opção correta que indica as fases que compõem esse ciclo:

(a) A formulação de políticas públicas ocorre exclusivamente após a aprovação de recursos financeiros pelo Poder Legislativo.

(b) A avaliação é a última etapa do ciclo e visa atestar a legalidade dos gastos públicos.

(c) O ciclo envolve cinco estágios principais: construção de agenda, formulação, processo decisório, implementação e avaliação.

(d) A fase de implementação é um processo técnico neutro, que ocorre exatamente como planejado na fase de formulação.

19. Os agentes estatais que atuam na linha de frente, ou seja, que prestam serviços diretamente aos cidadãos (como professores, policiais e assistentes sociais), exercem um papel fundamental nas políticas públicas. Na literatura de gestão pública, esses servidores são conhecidos como:

(a) Burocracia de nível de rua (*street-level bureaucracy*).

(b) Burocracia de alto escalão.

(c) Controle social de políticas públicas.

(d) Agentes de controle externo.

20. Um atendimento preferencial por influência política, ignorando a classificação de risco, fere qual princípio do SUS (Lei 8.080/1990)?

(a) Urbanidade

(b) Igualdade

(c) Eletividade

(d) Legitimidade